

O Projeto

Unesco:

ciências

sociais e

o “credo

racial

brasileiro”

MARCOS CHOR MAIO
é pesquisador da Casa de
Oswaldo Cruz (Fiocruz),
no Rio de Janeiro

ao refletir sobre a importância de uma renovação ideológica na América Latina, Morse (1990, pp. 176-7) inspirou-se brevemente em dois estudos sobre as relações raciais nos EUA e no Brasil. No primeiro caso, destaca na obra de Gunnar Myrdal (1944) o drama dos negros nos EUA, crentes no credo universalista, com base em critérios meritocráticos e na igualdade de direitos e oportunidades, e, ao mesmo tempo, vivendo o violento e cotidiano racismo. O discernimento dessa ideologia, no projeto de Myrdal, era de fundamental importância para a inteligibilidade da discriminação racial tanto em termos legais quanto no âmbito das atitudes sociais e pessoais. Para o sociólogo sueco, o dilema americano seria também um problema moral. A refinada síntese do credo americano e seu paradoxo teve enorme impacto sobre a luta pelos direitos civis dos anos de 1940 aos de 1960 (Southern, 1991).

No caso brasileiro, Morse revela uma certa frustração ao constatar que o ciclo de pesquisas patrocinado pela Unesco não contemplou qualquer esforço de sistematização de um “credo brasileiro”, na medida em que esse “credo” não existiria no Brasil na perspectiva unitária atribuída por Myrdal para os Estados Unidos. A partir da obra de Roberto DaMatta, Morse considera que na sociedade brasileira vingaria um espectro variado de éticas (Morse, 1990, pp. 177-8). Entre outras hipóteses, o historiador norte-americano sugere que “talvez [...] a discriminação contra os negros não se constituisse um salto quântico em relação à discriminação contra outros grupos marginalizados” (idem, p. 177).

Desde meados dos anos 1950, Oracy Nogueira afirmava, a começar dos trabalhos do Projeto Unesco, que o inventário do preconceito e da discriminação racial produzido por esses estudos revelavam que “pela primeira vez, o depoimento dos cientistas sociais vem, francamente, de encontro e em reforço ao que, com base em sua própria experiência, já proclamavam, de um modo geral, os brasileiros de cor” (Nogueira, 1955, p. 415). Todavia, esse diagnósti-

co, diferente da pesquisa de Myrdal, não teve qualquer impacto político sobre a sociedade brasileira. Se os achados do Projeto Unesco não tiveram repercussão pública, quais foram suas ressonâncias?

Este artigo tem por objetivo abordar os efeitos do Projeto Unesco. Se na esfera pública o ciclo de estudos não gerou mudança alguma na tradicional auto-imagem da sociedade brasileira, fenômeno distinto ocorreu no universo acadêmico, com o incremento da institucionalização das ciências sociais. Por outro lado, diferente de Morse, concebo que o Projeto Unesco reiterou a existência de um “credo brasileiro”. Ele não pode ser exposto nos termos apresentados por Myrdal, pois é um conjunto de crenças marcado pela ambigüidade, pelos “meios-tons” ou, como aponta DaMatta, pela “hierarquia, gradualismo e complementaridade” (DaMatta, 1979; 1997). De outro modo, esse “credo” é, a meu ver, representado pelo mito da democracia racial. Procuro demonstrar que análises e evidências sobre o preconceito e a discriminação racial no Brasil elaboradas pelo Projeto Unesco não importaram no cancelamento de uma sintonia fina entre sociedade e comunidade dos cientistas sociais no Brasil dos anos 50, ou seja, a crença na especificidade e, em última instância, no compartilhamento de um “credo”, a saber, o “credo à brasileira”.

PROJETO UNESCO: UM PROCESSO ANTROPOFÁGICO

Já se tornou senso comum na literatura sobre as relações raciais no Brasil conceber o ciclo de estudos patrocinado pela Unesco no início dos anos 50 como momento de ruptura com a tradição “culturalista” acerca das interações entre brancos e negros no país. Em geral, o relato pode ser sintetizado do seguinte modo: incentivada por obras que, na linha interpretativa de Gilberto Freyre, concebiam a sociedade brasileira como singularmente conforma-

da sob a égide de uma democracia racial, a Unesco, ainda sob o impacto do Holocausto, esforça-se em combater a ideologia racista que serviu de suporte para a montagem e operação da máquina infernal nazista. Para tanto, a agência internacional resolveu ordenar uma pesquisa comparativa sobre as relações raciais em diferentes regiões brasileiras. O objetivo inicial desses estudos era o de oferecer ao mundo lições de civilização à brasileira em matéria de cooperação entre raças. Na esperança de encontrar a chave para a superação das mazelas raciais vividas em diversos contextos internacionais, a agência intergovernamental teria acabado por se ver diante de um conjunto de dados sistematizados sobre a existência do preconceito e da discriminação racial no Brasil. Evidenciou-se uma forte correlação entre cor ou raça e *status* socioeconômico. A utopia racial brasileira foi colocada em questão. Inaugurou-se, dessa forma, no campo das ciências sociais, uma produção acadêmica que julgava como falsa consciência o mito da democracia racial brasileira.

No entanto, acredito que a visão recorrente sobre a origem, resultados e impacto do Projeto Unesco devam ser matizados. Quando vislumbramos o Projeto Unesco à luz do pensamento social brasileiro ou, em termos mais específicos, no plano da história das ciências sociais no Brasil, é possível se obter outro rendimento. Nessa perspectiva, o ciclo de pesquisas seria concebido, ora como uma possibilidade para a emergência de novos diagnósticos sobre o Brasil, enfocando as tensões entre tradição e modernidade, ora como uma oportunidade privilegiada para analisar o perfil da comunidade dos cientistas sociais e seus vínculos com a sociedade brasileira, as conexões internacionais, as trajetórias sociais e intelectuais dos pesquisadores envolvidos, os conteúdos teórico-metodológicos que informaram as pesquisas, o estado da arte de determinadas disciplinas como a antropologia e a sociologia, a relação entre intelectuais e vida pública. Desse modo, o Projeto Unesco permite tanto a análise do processo de institucionalização

das ciências sociais no Brasil quanto a revelação, mais uma vez, da busca permanente e sempre inacabada de interpretar a sociedade brasileira.

Ianni (1966), em análise sobre o contexto de emergência dos estudos sobre as relações raciais no Brasil, estabelece um elo entre o Projeto Unesco e o pensamento social brasileiro. Como observa o sociólogo:

“[...] as iniciativas da Unesco e outras instituições estrangeiras colaboraram no desenvolvimento das investigações sobre o assunto. Note-se que dizemos ‘colaboraram’ e não ‘iniciaram’. Na verdade, esses institutos encontraram condições favoráveis à sua realização, inclusive nos meios acadêmicos, sendo chefiados por especialistas brasileiros (Florestan Fernandes, Thales de Azevedo, Oracy Nogueira, L. A. Costa Pinto e outros). Note-se que foram as preocupações *humanitárias* da Unesco que a levaram a iniciar essas pesquisas, pois que se havia difundido também no exterior que no Brasil reinava a ‘democracia biológica’. Recordemos, entretanto, que, antes das iniciativas da Universidade de Chicago e da Unesco, já se realizavam no país investigações científicas a respeito das relações raciais em geral, desde alguns aspectos da integração sócio-cultural dos indígenas, ou as técnicas de infiltração social dos mulatos, até a análise dos produtos marginais da assimilação dos alemães” (Ianni, 1966, p. 71; grifo do autor).

Nesta perspectiva, a pesquisa patrocinada pela Unesco foi um projeto negociado ou, nas palavras de Mariza Corrêa (1987), um projeto “estimulad[o] tanto por um interesse vindo do exterior quanto por uma ânsia de autoconhecimento razoavelmente bem estabelecida como tradição entre a intelectualidade brasileira” (p. 220).

Em trabalho anterior (Maio, 1999c), tive a oportunidade de demonstrar que na origem da pesquisa da Unesco ocorreu um processo antropofágico. Uma instituição internacional, criada logo após o Holocausto, momento de profunda crise da civilização ocidental, procura na periferia do

mundo capitalista, uma sociedade com reduzida taxa de tensões étnico-raciais, com a perspectiva de tornar universal o que se acreditava ser particular. Por sua vez, cientistas sociais brasileiros e estrangeiros haviam assumido como desafio intelectual não apenas tornar inteligível o cenário racial brasileiro, mas também responder à recorrente questão da incorporação de determinados segmentos sociais à modernidade. Enfim, uma suposta visão idílica, um propalado *ethos* nacional, é antropofagicamente transformado em problema nacional (desigualdades sócio-raciais, desafio da integração de segmentos excluídos) sem cancelar a importância do significado do mito da democracia racial à brasileira.

Em princípio, a pesquisa só seria realizada na Bahia. A opção preferencial pelo cenário baiano parecia adequar-se à imagem do Brasil como uma “democracia racial”, imagem essa presente na reflexão de antropólogos e sociólogos nos anos 30 e 40 (Pierson, 1945; Frazier, 1942; Landes, 1994 [1947]; Herskovits, 1943). No entanto, os objetivos da investigação foram ampliados, graças sobretudo à atuação de Charles Wagley, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Roger Bastide, Ruy Coelho e Otto Klineberg, acrescida da visita de Alfred Métraux ao Brasil, no final de 1950, após a qual ele veio a afirmar que o caso paulista seria “susceptível de alterar a imagem por demais otimista que se fez do problema racial no Brasil” (1).

Essa conexão intelectual transatlântica concordara quanto aos limites de um enfoque restrito à Bahia enquanto síntese do caso brasileiro. Ela indicou a existência, no Sudeste do país, de uma realidade bastante distinta da baiana, onde as tensões raciais seriam mais perceptíveis, como já havia verificado a produção intelectual elaborada por cientistas sociais, intelectuais e militantes do movimento negro (Nogueira, 1942; Fernandes, 1943; Bicudo, 1945; Filho, 1947; Willems, 1949; Costa Pinto, 1947, 1950; Guerreiro Ramos, 1948a, 1948b, 1950a, 1950b, 1950c; Ramos, 1938, 1939, 1942, 1947, 1951), revelando assim um universo mais amplo. Os resultados do

1 Alfred Métraux, “Rapport au Directeur Général sur Mission au Brésil (16 nov.:20 déc. 1950)”, in *Race Questions & Protection of Minorities*. REG 323.1. Part II up to 31/VII/50 [BOX REG 145], Unesco Archives, p. 5.

Projeto Unesco, correspondentemente, viam a revelar diversos “retratos do Brasil”, o que a meu ver atendia basicamente à resolução da 5ª sessão da Conferência Geral da Unesco em Florença, que falava em “organizar no Brasil uma investigação-piloto sobre contatos entre raças ou grupos étnicos, com o objetivo de determinar os fatores econômicos, sociais, políticos, culturais e psicológicos favoráveis ou desfavoráveis à existência de relações harmoniosas entre raças e grupos étnicos” (2).

Nesse caso não se deve entender a condução da pesquisa e seu destino final como “frustração” e, sim, como resposta e confirmação plenas. Uma vez que o Projeto Unesco operou com padrões científicos, porém tendo em vista fins políticos, qualquer avaliação do significado de seus resultados deve levar em conta o tipo de repercussão dos estudos realizados no âmbito da pesquisa. Apresentarei a seguir algumas considerações sobre o desdobramento das pesquisas do Projeto Unesco no campo das ciências sociais no Brasil.

O PROJETO UNESCO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL

Em dezembro de 1959, Florestan Fernandes concluiu o prefácio do livro *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*, de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. A pesquisa, patrocinada por duas agências governamentais (Inep/Capes), contou com o apoio de Anísio Teixeira e Charles Wagley. Ela era o desdobramento do Projeto Unesco para o Sul do país, que até aquela altura ainda não havia sido contemplado. A coleta do material empírico foi realizada em 1955 e o trabalho concluído em 1957 (Cardoso e Ianni, 1960, pp. xxxix-xi). O estudo era o exemplo mais bem-acabado da influência do Projeto Unesco no processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil. A investiga-

ção representava o primeiro resultado de maior vulto da cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, sob a coordenação de Florestan Fernandes.

Na segunda metade dos anos 50, Florestan havia assumido a condição de um intelectual na vida pública, com a campanha de defesa da escola pública (Soares, 1993, pp. 40-3), e acreditava que por meio da universidade seria possível levar às últimas conseqüências a associação, de inspiração manheimiana, entre ciência, educação e planejamento (Fernandes, 1995, p. 16). Tratava-se, à época, de um cientista em sua fase “acadêmico-reformista” (Freitag, 1986, p. 165), convicto de que a universidade acabava por se constituir numa rica experiência, equivalente à de um partido (Fernandes, 1995, p. 16). Segundo Florestan, “por lá [na universidade] nós podíamos apanhar a ciência no que ela t[inha] de revolucionário, uma reflexão crítica sobre o presente, independentemente de uma formalização política maior” (idem, p. 16). Desde os anos 40, diante de uma sociedade civil frágil, desorganizada, inorgânica, o sociólogo afirmava, anos mais tarde que “o meu partido acabou sendo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras” (idem, p. 6).

Foi por meio do Projeto Unesco que o sociólogo paulista começou a transformar “a cadeira de sociologia I [...] numa instituição dentro de outra instituição” (Fernandes, 1977, p. 185). A inserção na pesquisa sobre relações raciais em São Paulo ocorreu concomitantemente a sua escolha como assistente de Roger Bastide. A intensa experiência de pesquisa em equipe fez Florestan lembrar, anos mais tarde, que ao aceitar o convite do sociólogo francês, no final de 1950, “já tinha em mente que (...) deveria ser o seu substituto. Ao sucedê-lo, procurei escolher pessoas que haviam sido meus estudantes e para os quais eu tinha um ideal de carreira” (Fernandes, 1978, p. 22). Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni foram peças-chave no comando do “departamento-partido”.

Nessa ocasião, com o deslocamento de

2 Records of The General Conference of The United Nations Educational, Scientific And Cultural Organization, Fifth Session, Florence, 1950, Resolutions. Paris, July, 1950, p. 40. Unesco Archives.

seus interesses da etnologia, do folclore para as relações raciais, Florestan enveredou pela análise histórico-sociológica, para desvendar a difícil transição do arcaico para o moderno no Brasil, realçando os limites da integração e da mobilidade social da população de cor. No caso específico dos negros, Florestan assinala que “nas condições em que se operou estruturalmente a transição para o regime de classe, o *trabalho livre* não serviu como um meio de revalorização social do negro” (Fernandes, 1955b, p. 109, grifo do autor). Ao mesmo tempo, as mudanças ocorridas teriam preservado as imagens negativas sobre negros e pardos, assim como a perpetuação de determinadas atitudes. Segundo o autor, “na etiqueta das relações raciais conserva-se o antigo padrão de tratamento recíproco assimétrico” (idem, p. 112).

Em termos profissionais e institucionais, parece não haver dúvida que Florestan Fernandes soube canalizar de modo amplo e eficiente a experiência da pesquisa sobre as relações raciais em São Paulo. Quanto a Roger Bastide e Oracy Nogueira, o Projeto Unesco teve conseqüências diferenciadas em suas carreiras profissionais. Bastide já era um pesquisador reconhecido, com um sólido acúmulo de conhecimento e pesquisa sobre o negro em São Paulo e na Bahia. A pesquisa da Unesco reforçou sua autoridade nessa área de estudos, no campo internacional. Bastide foi, sem dúvida, o cientista social mais prestigiado nas publicações da Unesco (1952, 1952a, 1957) ao tratar especificamente do projeto realizado no Brasil.

No caso de Oracy Nogueira, ocorreu um aparente paradoxo. Seu seminal estudo de comunidade que versava sobre os padrões de relações raciais presentes em Itapetininga, no interior de São Paulo, foi tratado como mero “apêndice” da pesquisa da Unesco em São Paulo. A crise institucional vivida pela Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) e as disputas teórico-metodológicas entre a ELSP e a FFCL prejudicaram a visibilidade de um dos trabalhos mais completos do Projeto Unesco, onde a articulação entre história, sociologia e an-

tropologia foi desenvolvida de maneira extremamente criativa, sensível e contemporânea. Oracy Nogueira tornou-se “um elemento deslocado no grupo de pesquisa paulista” (Cavalcanti, 1998, p. 16).

Por outro lado, no sintético e clássico trabalho *Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem*, apresentado no XXXI Congresso Internacional dos Americanistas, em 1954 (Nogueira, 1955a), o autor modestamente afirma, em seu artigo, que procurou sistematizar as análises e informações contidas nos estudos sociológicos realizados por Pierson (1945) e pelos pesquisadores do Projeto Unesco. No entanto, uma leitura mais atenta de *Relações Raciais no Município de Itapetininga* (sua pesquisa para a Unesco) verificará que os dois tipos ideais (preconceito de marca e preconceito de origem), na perspectiva weberiana, já se encontravam presentes em sua investigação finalizada em 1952 (Nogueira, 1955, pp. 550-553). Trata-se da primeira análise comparativa – rigorosa e extremamente atual – das diferenças qualitativas entre o racismo à brasileira e o racismo à norte-americana.

No Rio de Janeiro, o Projeto Unesco teve dois resultados distintos. Em primeiro lugar, o estudo suscitou controvérsia com os intelectuais vinculados ao Teatro Experimental do Negro, especialmente o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, no que tange à reflexão sociológica de Costa Pinto sobre o movimento negro (Maio, 1997b). Em segundo lugar, a pesquisa de Costa Pinto contribuiu para o incremento da trajetória singular das ciências sociais no então Distrito Federal, o que, neste caso, se deu com o surgimento de centros de pesquisa fora da universidade. Costa Pinto, com a investigação sobre as relações raciais no Rio de Janeiro, assume em definitivo seus temas favoritos: estratificação social, mudança social e os obstáculos, impasses e desafios do desenvolvimento econômico-social.

A experiência de debate sobre o estatuto científico do conceito de raça, patrocinada pela Unesco no final de 1949 (Maio, 1998a) e sua participação no Projeto Unesco (Maio, 1998b) colocaram Costa Pinto no

circuito internacional. Em 1953, tornou-se membro do comitê executivo da Associação Internacional de Sociologia (ISA), organização criada sob a chancela da Unesco no final dos anos 40. Em 1955, participou dos debates em torno da organização do Centro Brasileiro de Estudos Educacionais (CBPE), idealizado por Anísio Teixeira, e desenvolveu na recém-criada instituição uma pesquisa sobre estratificação social no Brasil (Mariani, 1982, pp. 177-8). É interessante observar que outros participantes diretos ou indiretos no Projeto Unesco vieram a se incorporar ao CBPE, como foram os casos de Charles Wagley, Otto Klineberg, Oracy Nogueira, Josildeth Gomes Consorte e Renato Jardim Moreira.

Em 1957, com a criação do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), vinculada à Unesco e que tinha por objetivo estudar o processo de desenvolvimento na América Latina, Costa Pinto torna-se diretor da instituição por quatro anos (Oliveira, 1995, pp. 268-304). Costa Pinto é um bom exemplo de cientista social que, a despeito de todas as dificuldades da universidade do Brasil, conseguiu estabelecer vínculo permanente entre ensino e pesquisa.

No caso da Bahia, é difícil dissociar a pesquisa da Unesco do projeto Columbia University/Estado da Bahia. Desde o final dos anos 30, o antropólogo Charles Wagley esteve ligado a temas brasileiros, e embora não estivesse inserido de forma regular numa instituição de ensino ou pesquisa no Brasil, foi um ator fundamental no estreitamento das relações acadêmicas entre o Brasil e os EUA, seja como professor da Universidade de Colúmbia e da Flórida, seja como pesquisador da Unesco. No período do projeto Columbia University/Estado da Bahia/Unesco, seus alunos (Harry William Hutchinson, Marvin Harris e Benjamin Zimmerman) encontravam-se em fase de elaboração de suas teses de doutorado. Foram, em parte, como observa Massi (1989), “‘pesquisadores itinerantes’, que passam pelo país o tempo exato da coleta do material para a sua investigação” (p. 453). Hutchinson chegou a se estabelecer

como professor na Universidade da Bahia, com bolsa da Capes, por um período de dois anos e foi professor da Escola Livre de Sociologia e Política no final dos anos 50. No entanto, do “grupo de Wagley”, Marvin Harris foi o único que continuou a pesquisar as relações raciais no Brasil.

Se Thales de Azevedo já havia se convertido à antropologia cultural, desde o final da década de 40, seu envolvimento no Projeto Unesco não deixa por isso de adquirir significado especial. Não obstante houvesse participado da organização e concepção dos estudos de comunidade desenvolvidos pelo convênio Columbia University/Estado da Bahia, foi só com a investigação sobre as relações raciais em Salvador que Thales pôde finalmente exercer em sentido pleno sua sensibilidade socioantropológica, dando seguimento, adiante, a uma série de estudos sobre o tema na Bahia (Azevedo, 1966; Guimarães, 1996a; 1996b). Os estudos da Bahia revelaram enorme riqueza etnográfica sobre as relações raciais numa região tradicional. Preconceito e discriminação racial emergem nas múltiplas formas de interação social (Guimarães, 1996b; Maio, 1997a, cap. 6).

A pesquisa de Recife incorporou uma nova questão à produção acadêmica de René Ribeiro, a saber, as relações raciais. Embora o tema da aculturação já estivesse presente nos seus trabalhos, o estudo da Unesco combinou história, antropologia e sociologia. Além disso, a pesquisa serviu para dar maior visibilidade ao Instituto Joaquim Nabuco e para preservar o legado de Gilberto Freyre. De algum modo, atualizou certas reflexões do mais consagrado sociólogo brasileiro à época, servindo de contraponto às investigações que vinham sendo elaboradas no Sudeste do Brasil (Maio, 1999a).

O Projeto Unesco não se limitou apenas ao incremento de carreiras científicas. Nele manifesta-se com vigor um olhar sociológico que, observando com sistematicidade o país, é capaz de apontar os dilemas de uma sociedade em processo de modernização, que se compromete, como *intelligentsia*, em

deixar para trás um Brasil tradicional sem cancelar, como veremos a seguir, um diálogo com as interpretações tradicionais a seu respeito.

CIÊNCIA E POLÍTICA NO PROJETO UNESCO

A articulação de ciência e política, tão marcante na inspiração da Unesco ao decidir pela elaboração do projeto, estava nitidamente presente para os sociólogos e antropólogos envolvidos nas pesquisas. Além disso, a atividade científica estava investida, para alguns deles, de um engajamento, ou seja, as ciências sociais seriam o melhor instrumento de uma compreensão da realidade, que se constituísse numa forma privilegiada de comprometimento e intervenção nas mudanças sociais necessárias. Cabe lembrar que a associação cientista social e socialismo era muito comum nas ciências sociais no Brasil nesse período (Peirano, 1981). E, enfim, a partir dessa posição gradativamente consolidada, eles chegaram a reavaliar as grandes sínteses interpretativas construídas principalmente nos anos 20 e 30, lidando construtivamente com aquilo que a tradição anterior apontara como positivo e singular no Brasil. Segue uma exposição mais pormenorizada do meu argumento.

Florestan Fernandes, ao elaborar o plano de pesquisa a ser realizado em São Paulo, afirma que “o estudo deve ser projetado em bases científicas, mas tem uma origem e um fim que são igualmente *extra-científicos*: destina-se a uma instituição, a Unesco, que o solicitou com o propósito de servir-se de seus resultados na reeducação social dos adultos e em sua política básica de aproximação das raças.” (Bastide e Fernandes, 1959[1951], p. 324).

A pesquisa da Unesco foi realizada num momento de transição no desenvolvimento das ciências sociais no Brasil. Ocupando espaços na universidade a partir dos anos 30, as ciências sociais procuraram nas décadas seguintes consolidar essa institucio-

nalização por meio da ampliação do número de faculdades de filosofia e experimentando novos modelos teórico-metodológicos que dessem maior substância à formação de um novo personagem, o cientista social.

Esse processo avançou no período da democratização do país, a partir de 1945. Nos anos 50, quando ocorreu a pesquisa da Unesco, o debate sobre o padrão de desenvolvimento econômico e social que deveria nortear o país tornou-se questão obrigatória para os cientistas sociais. Essa discussão assumiu rumos diversos, mas sempre colocando na ordem do dia o papel das ciências sociais em tempos de mudança social. Não obstante a pesquisa da Unesco remeter de imediato a um tema específico, ou seja, as relações raciais, ela serviu de “pretexto” para diversas análises acerca da transição do arcaico para o moderno, do nosso sistema de estratificação social, de mobilidade vertical, dos impasses às transformações sociais, do papel dos intelectuais na vida pública e da incorporação de determinados estratos sociais na sociedade de classes.

Desse modo, aparentemente, a mera divulgação de dados concernentes a uma experiência particular em matéria étnica poderia ser vista como um objetivo limitado para a maioria dos cientistas sociais envolvidos no Projeto Unesco. Afinal, cabia aproveitar o patrocínio internacional de uma instituição de prestígio, como era o caso da Unesco, para decifrar sob novos parâmetros a realidade brasileira. Todavia, os cientistas sociais do Projeto Unesco acreditavam, em graus variados, que o Brasil se constituía em um “laboratório de civilização”. Para abordarmos com cuidado esta questão, é necessário considerar com atenção a convicção, presente entre os pesquisadores, de que o Brasil seria dotado de certa singularidade.

No prefácio a *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*, Florestan considera que os estudos sobre as relações raciais eram um indicador preciso do amadurecimento das ciências sociais no Brasil. Afora a importância das preocupações teóricas e empíricas que mobilizariam os cientistas sociais, ao

ampliarem os conhecimentos acerca dos padrões de relações étnicas existentes no país, haveria um interesse em responder a questões de natureza imediata e de caráter político. Como afirma Florestan:

“Ninguém ignora o quanto a heterogeneidade cultural e racial afetou, está afetando e continuará a afetar as possibilidades de desenvolvimento da ‘civilização ocidental’ no Brasil. Sob esse aspecto, as questões pertinentes ao assunto possuem o caráter de *problema nacional*, o que se confere às investigações realizadas ou em curso um interesse prático iniludível” (Fernandes, 1960, p. xi, grifos do autor).

No entanto, o sociólogo paulista lamenta que a sociedade em geral não esteja atenta para o significado das pesquisas em andamento. Esse fenômeno é atribuído por Florestan Fernandes à crença de que o Brasil vive sob a égide de uma democracia racial. Envoltos por essa ideologia, os “leigos” dificultam o surgimento de uma mentalidade de novo tipo capaz de canalizar esforços na direção de uma sociedade industrial, democrática tanto em termos políticos quanto sociais (idem, pp. xi-xii).

Seria função do sociólogo, segundo Florestan, desvendar os fundamentos da estrutura social, no intuito de indicar os mecanismos de reprodução do racismo. Dessa forma, ficariam evidentes os “obstáculos à mudança social” (idem, pp. xii-xiii, ênfase do autor). Florestan Fernandes é categórico:

“Não existe democracia racial efetiva [no Brasil], onde o intercâmbio entre indivíduos pertencentes a ‘raças’ distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada. Esta pode satisfazer às exigências de ‘bom tom’, de um discutível ‘espírito cristão’ e da necessidade prática de ‘manter cada um em seu lugar’. Contudo, ela não aproxima realmente os homens senão na base da mera coexistência no mesmo espaço social e, onde isso chega a acontecer, da convivência restritiva, regulada por um código que consagra a desigualdade, disfarçando-a

acima dos princípios da ordem social democrática” (idem, p. xiv).

Entretanto, afirma Florestan, o desenvolvimento da civilização ocidental no Brasil – a saber, industrialização, democratização da riqueza e do poder e progresso social – deve estar informado por “nossa herança sócio-cultural”, pois “um povo que estimule programas rápidos de mudança cultural, sem orientá-los segundo critérios inteligentes e construtivos, paga preços exorbitantes pelo progresso social” (idem, p. xvi).

Florestan observa que a riqueza e plasticidade da civilização ocidental contempla diferentes sistemas culturais nacionais, que se ordenam por meio de determinados valores ideais básicos. Neste sentido, caberia, segundo Florestan, incrementar a consciência de cidadania e o exercício mais eficaz da democracia, sem, com isso, cancelar “a tolerância convencionalizada nas relações raciais e o mínimo de soberania [de orgulho], que caracteriza a expressão assumida pelo individualismo e pela autonomia da pessoa quer em nosso *homem culto*, quer em nosso *homem rústico*” (idem, p. xvi, grifos do autor).

Florestan, sem dúvida, nos surpreende, ao considerar que aquilo que nos condena é também a fonte que pode nos redimir. O sociólogo paulista, que desenvolveu uma série de reflexões sobre o antagonismo entre civilização e “cultura de *folk*”, e interessado, sobretudo, no debate sobre as resistências culturais à mudança social, indica que “a tolerância convencionalizada nas relações raciais”, um elemento de nossa tradição, que poderia ser traduzido, por exemplo, pela cordialidade, é um valor a ser preservado seja por intelectuais, seja pelas camadas populares.

Diante do processo avassalador de desenvolvimento econômico, urbanização, mobilidade social que chega ao auge na era JK, e face à convicção de que as desigualdades raciais são um “problema nacional”, Florestan alerta para os possíveis efeitos perversos da ausência de parâmetros socioculturais que regulem a expansão desenfreada do capitalismo no Brasil, la-

cuna essa que impediria uma verdadeira “reforma social à brasileira”. Nesse sentido, o sociólogo reconhece aspectos positivos da sociabilidade no campo das relações raciais e revela a condição ambivalente da convivência do racismo à brasileira com o mito da democracia racial, tendo em vista a relevância dos aspectos culturais que se apresentam no jogo das relações sociais. Florestan Fernandes, em seu aparente paradoxo, revelava o “dilema brasileiro”.

Thales de Azevedo já havia alertado para o desafio de combinar o processo de industrialização de sua região com a preservação do *ethos* baiano (Azevedo, 1955, pp. 197-8). Charles Wagley, por sua vez, não era pessimista quanto à modernização do país, contanto que se atentasse para a preservação da tradição que gerou uma sociabilidade positiva (Wagley, 1955, p. 11).

O mesmo espírito pode ser detectado em Oracy Nogueira, que ao abordar a ideologia tradicional das relações raciais, não via apenas a preterição do negro em relação ao branco no processo de ascensão social. A complexa ideologia da democracia racial, parte constitutiva do “*ethos* nacional” (Nogueira, 1955a, pp. 423-4), também seria um parâmetro para situações de constrangimento vividas pelos negros, na medida em que a opinião pública seria sensível a atitudes agressivas que mostrassem abertamente situações de preconceito ou de discriminação racial (Nogueira, 1955, p. 516). Por isso mesmo, o autor acreditava que o “preconceito de marca”, próprio ao “racismo à brasileira” (DaMatta, 1981, p. 58), diferente do “preconceito de origem”, característico da experiência norte-americana, teria melhores condições de ser superado por meio da educação, ou seja, mediante a utilização de técnicas racionais de esclarecimento que alterassem crenças e comportamentos de negros e brancos no domínio das relações raciais (Nogueira, 1955, p. 518).

Podemos lembrar ainda a esse respeito Roger Bastide, que, inspirado em Gunnar Myrdal (1944), acreditava na existência de um “dilema brasileiro”. Ele se apresen-

taria, segundo o sociólogo francês, do seguinte modo:

“as expressivas mudanças da estrutura social e o desenvolvimento de idéias democráticas tendem a substituir o velho paternalismo por uma luta que não é mais pela igualdade racial legal, mas sim pela igualdade racial no plano da economia. □ Essa luta gera tanto consciência de raça entre as pessoas de cor quanto discriminação por parte dos brancos. □ Ao mesmo tempo, o brasileiro tem orgulho das relações afetivas que conseguiu estabelecer entre as raças; ele se identifica com um código de comportamento, que leva significativamente em conta a dignidade do indivíduo e ao ideal de uma fraternidade universal que lhe fez merecer o qualificativo de ‘cordial’ (‘warm-hearted’)” (Bastide, 1957, p. 512).

Observa-se neste caso que para Bastide, como na perspectiva de Costa Pinto, modernidade e racismo não se contrapunham (Maio, 1999b). O processo de mudança social que gera tensões raciais poderia também vir a ter uma solução promissora “ao se passar do paternalismo à igualdade sem deixar que □ nesse processo o povo perca a cordialidade, a tolerância e o respeito mútuo” (idem, p. 512).

No caso de Costa Pinto, o sociólogo não admitia diferença substantiva entre o racismo brasileiro e o norte-americano. No entanto, a conclusão a que chega, no que se refere à comparação entre os dois países, ocorre em detrimento de uma série de singularidades apontadas pelo próprio sociólogo ao longo do seu trabalho, a saber: a estratégia do branqueamento como possibilidade de ascensão no interior da sociedade tradicional de pardos e negros (as “honrosas exceções”), os atributos associados à cor que, em diversas situações, alteram a posição social dos indivíduos e, finalmente, o sistema de classificação de cores no Brasil que implicaria uma dimensão cultural e social e, por conseguinte, uma série de “imprecisões”, como o próprio Costa Pinto observa nos censos (Maio, 1998).

É interessante observar que mesmo o

sociólogo Guerreiro Ramos, que se colocava no campo oposto ao Projeto Unesco – por conta de distinta perspectiva sobre o padrão de trabalho sociológico –, postulava que a democracia racial brasileira era um dos principais instrumentos ideológicos na luta contra a dominação dos países hegemônicos. Guerreiro, em contexto nacional-desenvolvimentista, associava o enfrentamento das mazelas vividas pelo negro à conformação definitiva de uma identidade enquanto nação (Maio, 1996). Naquele que foi provavelmente o último trabalho que elaborou acerca das relações raciais, Guerreiro, em seu estilo normativo, aconselhava o governo brasileiro a dar respaldo

“[a]os grupos e as instituições nacionais que, pelos seus requisitos de idoneidade científica, intelectual e moral, possam contribuir para a preservação das sadias tradições de democracia racial no Brasil, bem como para levar o nosso país a poder participar da liderança das forças internacionais interessadas na liquidação do colonialismo” (Guerreiro Ramos, 1957, p. 202).

Parece que no contexto em que foi realizado o Projeto Unesco, cientistas sociais brasileiros e estrangeiros não acreditavam que a pesquisa e a divulgação de dados acerca do preconceito e da discriminação presentes nas relações raciais no Brasil impedissem o reconhecimento à singularidade do país em matéria racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Unesco é recorrentemente concebido como momento de inflexão nos estudos sobre as relações raciais no Brasil, ao deslocar o paradigma cultural, representado pela obra de Gilberto Freyre dos anos 30, especialmente *Casa-Grande & Senzala*, e substituído pelo paradigma sociológico, da estrutura social, que emerge da obra de Florestan Fernandes.

O processo crescente de institucionalização das ciências sociais brasileiras a partir dos anos 40 e 50 criou a possibilida-

de de se exercitar mais uma vez, no campo da ciência, a “tradição da ruptura”. Os novos marcos intelectuais suscitados pela emergência dos cursos de ciências sociais, principalmente, em instituições universitárias de São Paulo e do Rio de Janeiro associados às diversas perspectivas teórico-metodológicas advindas principalmente da França e dos EUA, ofereceram a oportunidade de se afirmar a superação de uma fase ensaística, pouco rigorosa na perspectiva do então emergente padrão de trabalho científico. Ênfase particular é atribuída à superioridade da nova fase, na qual se busca estabelecer demarcações, mas ao mesmo tempo se observa uma relação ambígua com a tradição (cf. Vilhena, 1997, p. 129).

Esta posição informa, de certo modo, o clássico artigo de Oracy Nogueira (1955), no qual o autor divide em três correntes a literatura que trata da “situação racial brasileira”. A primeira, vinculada aos estudos afro-brasileiros (Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Melville Herskovits, René Ribeiro, Édison Carneiro e Roger Bastide), estava voltada à investigação da dinâmica aculturativa, preocupada então em delimitar a influência das culturas africanas no processo de constituição de uma cultura brasileira. A segunda corrente, denominada de histórica, é representada por Gilberto Freyre, que procura revelar as formas de inserção do negro na sociedade brasileira, os impactos resultantes e o lugar que tradicionalmente vem sendo atribuído à raça negra. Por último, Oracy Nogueira sugere uma terceira corrente, a sociológica (Donald Pierson e, principalmente, os cientistas sociais envolvidos no Projeto Unesco), que, não obstante o reconhecimento da produção intelectual anterior, valoriza em particular as variadas formas de interação racial entre brancos e negros.

Oracy reconhece um certo grau de arbitrariedade em seus critérios de classificação e alocação de autores. Além disso, atribui importância à tradição, sem, no entanto, deixar de registrar implicitamente, que a “corrente sociológica” seria uma etapa superior dos estudos sobre as relações raciais no Brasil. Sua cientificidade

teria por base os seguintes critérios: 1^a) delimitação da área de investigação com o intuito de viabilizar uma coleta contínua e intensiva de dados, capaz de garantir uma sólida base empírica para o estudo; 2^a) apresentação objetiva dos dados utilizados, visando à comparação com outras pesquisas e à produção de novas análises; 3^a) estabelecimento de analogias entre a situação racial brasileira e a de outros países, em especial, os Estados Unidos; 4^a) inteligibilidade da complexa “situação racial” do país, em seu conjunto, pela comparação e síntese, potencializando o surgimento de novos estudos de caso em distintas localidades do Brasil (idem, p. 412). A análise sistemática das relações raciais no Brasil, segundo Oracy Nogueira, seria um indicador preciso de um estilo inédito de trabalho sociológico no Brasil.

Nogueira enfatiza a novidade, embora não prescindia da tradição. Este jogo faz parte da própria busca de legitimidade do conhecimento científico que, ao se apresentar como inédito, revela ainda uma certa fragilidade, buscando assim dialogar com os precursores, ao custo de releituras que inspiraram os esforços renovadores (cf. Vilhena, 1997, p. 129; Maio & Villas-Bôas, 1999, p. 9).

O negro foi objeto de obsessiva reflexão do que comumente é denominado pensamento social brasileiro, na medida em que ajudava a compreender aspectos da vida nacional relacionados com a escravização de um grande contingente de populações de origem africana durante a maior parte do período colonial e durante mais de meio século de vida nacional independente, e ao lugar que seus descendentes ocupam na constituição da sociedade e da cultura brasileiras. Por meio da reflexão sobre o negro, procurou-se verificar a possibilidade dos brasileiros levarem a cabo um projeto de modernidade.

Nesse sentido, o papel de relevo de nossa *intelligentsia* na construção simbólica da nação, próprio de sociedades que se retardaram no processo de modernização capitalista, não se limitou à criação de uma unidade cognitiva e moral, mas também esteve voltada para o problema da

integração da massa dos excluídos à nova ordem social e política instituída no Brasil pós-escravista (cf. Lima, 1999). Há, desse modo, um elo de continuidade entre o final do século XIX e os anos 50 e 60 do presente século: uma intelectualidade comprometida com os destinos da nação e a centralidade do negro para o entendimento dos dilemas brasileiros, seja a partir do paradigma racial (Silvio Romero), do paradigma cultural (Gilberto Freyre), ou do paradigma sociológico (Florestan Fernandes, Costa Pinto, Guerreiro Ramos).

Ao realizarem um denso, amplo e complexo inventário do preconceito e da discriminação racial no Brasil, os cientistas sociais envolvidos no Projeto Unesco não revelaram apenas o racismo à brasileira. Eles estavam cientes da existência de um tipo de sociabilidade, que poderia ser traduzido pela afetividade, tolerância, cordialidade, aspectos essenciais para o desenvolvimento de laços de solidariedade e projetos coletivos (cf. Souza, 1997, p. 31).

Embora desde os anos de 1940 observe-se a elaboração de balanços críticos das ciências sociais no Brasil, só em passado recente verifica-se uma intensificação dos esforços de reflexão sobre as instituições, o conhecimento acumulado e as trajetórias sociais e intelectuais dos “pais-fundadores”. Reconhecendo a existência de uma tradição, esses cientistas sociais, não diferente de outras experiências internacionais, buscam associar mudanças no campo intelectual a contextos mais amplos de transformações da modernidade. Em alguns casos, há clara intenção em se procurar nos precursores respostas para os desafios colocados pela “crise” dos paradigmas das ciências sociais.

De qualquer modo, julgo que o nosso pensamento social tem uma tradição que deve ser interpelada dada a sua riqueza interpretativa dos fatos sociais brasileiros. Acredito, enfim, que essa tradição deve ser fonte constante de diálogo, especialmente no momento de crescente debate acerca de políticas anti-racistas no Brasil. O Projeto Unesco é, sem dúvida, um parâmetro para essa reflexão obrigatória.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Thales. *As Elites de Cor: um Estudo de Ascensão Social*. São Paulo, Nacional, 1955.
- _____. *As Ciências Sociais na Bahia*. Salvador, Instituto de Ciências Sociais/Universidade da Bahia, 1964.
- _____. *Cultura e Situação Racial no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- BASTIDE, Roger. "Introdução ao Estudo de Alguns Complexos Afro-Brasileiros", in *Revista do Arquivo Municipal*, vol. XC, 1943, pp. 7-54.
- _____. *A Poesia Afro-Brasileira*. São Paulo, Martins, 1943a.
- _____. "The Negro in Latin America", in *International Social Science Bulletin*, vol. IV, nº 3, 1952, pp. 435-42.
- _____. "São Paulo: The Octopus Town", in *Courier*, vol. V, nºs 8-9, 1952a, p. 9.
- _____. "Race Relations in Brazil", in *International Social Science Bulletin*, vol. IX, nº 4, 1957, pp. 495-512.
- _____. "O Preconceito Racial em São Paulo (Projeto de Estudo)", in R. Bastide & F. Fernandes. *Branco e Negros em São Paulo*. São Paulo, Nacional, 1959 (1951).
- BICUDO, Virginia Leone. "Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo", in *Sociologia*, vol. IX, nº 3, 1947, pp. 196-219.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. "Apresentação", in Oracy Nogueira. *Preconceito de Marca: as Relações Raciais em Itapetininga*. São Paulo, Edusp, 1998.
- CORRÊA, Mariza. "Traficantes do Simbólico", in M. Corrêa (org.). *História da Antropologia no Brasil (1930-1960). Testemunhos: Donald Pierson/Emilio Willems*. São Paulo, Vértice/Ed. da Unicamp, 1987.
- COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. "O Negro no Futebol Brasileiro" (resenha do livro de Mario Filho), in *Sociologia*, vol. IX, nº 2, 1947, pp. 181-4.
- _____. "Sobre as Relações de Raças", in *Sociologia*, vol. 12, nº 1, 1950, pp. 3-21.
- _____. *O Negro no Rio de Janeiro: Relações de Raças numa Sociedade em Mudança*. São Paulo, Nacional, 1953.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- _____. "A Fábula das Três Raças", in *Relativizando: uma Introdução à Antropologia Social*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- _____. "Notas sobre o Racismo à Brasileira", in J. Souza (org.). *Multiculturalismo e Racismo: uma Comparação Brasil – Estados Unidos*. Brasília, Paralelo 15, 1997, p. 69-74.
- FERNANDES, Florestan. "Congadas e Batuques em Sorocaba", in *Sociologia*, vol. 5, nº 3, 1943, pp. 242-56.
- _____. "A Luta Contra o Preconceito Racial", in R. Bastide & F. Fernandes. *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*. São Paulo, Anhembi, 1955.
- _____. "Prefácio", in *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*. São Paulo, Nacional, 1960.
- _____. "Representações Coletivas sobre o Negro: O Negro na Transição Oral", in *O Negro no Mundo dos Brancos*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972 (1943).
- _____. *A Sociologia no Brasil*. Rio de Janeiro, Vozes, 1977.
- _____. *A Condição do Sociólogo*. São Paulo, Hucitec, 1978.
- _____. "Florestan Fernandes, Histórias e Histórias: Depoimento a Alfredo Bosi, Carlos Guilherme Mota e Gabriel Cohn", in *Novos Estudos Cebrap*, nº 42, 1995, pp. 3-31.
- FRAZIER, Franklin. "The Negro Family in Bahia, Brazil", in *American Sociological Review*, vol. 7, nº 4, 1942, pp. 465-78.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. "Contatos Raciais no Brasil", in *Quilombo*, ano 1, nº 1, 1948a, p. 8.
- _____. "Imigração e Preconceito", in *A Manhã*, 4/7/1948, 1948b, p. 2.
- _____. "O Negro no Brasil e um Exame de Consciência", in *Relações de Raça no Brasil*. Rio de Janeiro, Quilombo, 1950a, pp. 33-46.
- _____. "Os Estudos sobre o Negro Brasileiro", in *A Manhã*, dezembro/1950b.
- _____. "Apresentação da Negritude", in *Quilombo*, junho e julho/1950c, p. 11.

- _____. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro, Andes, 1957.
- FILHO, Mario. *O Negro no Futebol Brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964 (1947).
- FREITAG, Bárbara. "Democratização, Universidade, Revolução", in M. A. D'Incao (org.). *O Saber Militante: Ensaios Sobre Florestan Fernandes*. São Paulo, Unesp/Paz e Terra, 1986.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. "Cor, Classe e Status nos Estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia: 1940-1960", in M. C. Maio e R. V. Santos (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996a.
- _____. "As Elites de Cor e os Estudos de Relações Raciais", in *Tempo Social*, vol. 8, nº 2, 1996b, pp. 67-82.
- HERSKOVITS, Melville. "The Negro in Bahia, Brazil: a Problem in Method", in *American Sociological Review*, VIII, 1943, pp. 394-402.
- IANNI, Octavio. "O Estudo da Situação Racial Brasileira", in O. Ianni. *Raças e Classes Sociais no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- LIMA, Nísia Trindade Lima. *Um Sertão Chamado Brasil*. Rio de Janeiro, Revan, 1999.
- LANDES, Ruth. *The City of Women*. Albuquerque, University of New Mexico Press, 1994 (1947).
- MAIO, Marcos Chor. "A Questão Racial no Pensamento de Guerreiro Ramos", in M. C. Maio e R. V. Santos (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996, pp. 179-201.
- _____. *A História do Projeto Unesco: Estudos Raciais e Ciências Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, tese de doutorado em Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), 1997a.
- _____. "Uma Polêmica Esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o Tema das Relações Raciais", in *Dados*, Rio de Janeiro, IUPERJ, 40, 1, 1997b, pp. 1: 127-162.
- _____. "Costa Pinto e a Crítica ao Negro como Espetáculo" (apresentação), in Luiz de Aguiar Costa Pinto. *O Negro no Rio de Janeiro: Relações de Raças numa Sociedade em Mudança*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1998a (1953), pp. 17-50.
- _____. "O Brasil no Concerto das Nações: a Luta Contra o Racismo nos Primórdios da Unesco", in *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*. Rio de Janeiro, Fiocruz, V (2), 1998b, pp. 375-413.
- _____. "Tempo Controverso: Gilberto Freyre e o Projeto Unesco", in *Tempo Social*, 11 (1), 1999a, pp. 111-36.
- _____. "O Diálogo entre Arthur Ramos e Costa Pinto: dos Estudos Afro-brasileiros à 'Sociologização' da Antropologia", in M. C. Maio e G. Villas-Bôas (orgs.). *Ideias de modernidade e Sociologia no Brasil: Ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1999b, pp. 203-21.
- _____. "O Projeto Unesco e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos Anos 40 e 50", in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 14, nº 41, outubro/1999c, pp. 141-58.
- MAIO, Marcos Chor & VILLAS-BÔAS, Gláucia. "Introdução", in M. C. Maio e G. Villas-Bôas (orgs.). *Ideias de Modernidade e Sociologia no Brasil: Ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1999, pp. 9-12.
- MARIANI, Maria Clara. "Educação e Ciências Sociais: o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais", in S. Schwartzman (org.). *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*. Brasília, CNPq, 1982.
- MASSI, Fernanda Peixoto. "Franceses e Norte-americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960)", in S. Miceli (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, volume 1. São Paulo, Idesp/Vértice/Finep, 1989.
- MORSE, Richard. *A Volta de McLuhanaíma*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- MYRDAL, Gunnar. *An American Dilemma*. New York, Harper & Brother, 1944.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. "As Ciências no Rio de Janeiro", in S. Miceli (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, volume 2. São Paulo, Idesp/ Sumaré/ Fapesp, 1995.
- NOGUEIRA, Oracy. "Atitude Desfavorável de Alguns Anunciantes de São Paulo em Relação aos Empregados de Cor", in *Sociologia*, vol. IV, nº 4, 1942a, pp. 328-58.
- _____. "Relações Raciais no Município de Itapetininga", in R. Bastide & F. Fernandes (orgs.). *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*. São Paulo, Anhembi, 1955.
- _____. "Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem (Sugestão de um Quadro de

- Referência para a Interpretação do Material sobre Relações Raciais no Brasil”, in *Anais do XXXI Congresso Internacional dos Americanistas*. São Paulo, Anhembi, 1955a.
- PEIRANO, Mariza Gomes e Souza. *The Anthropology of Anthropology: the Brazilian Case*. Série Antropologia, nº 110. Brasília, Fundação Universidade de Brasília, 1991 (1981).
- PIERSON, Donald. *Branços e Pretos Na Bahia: Estudo de Contato Racial*. São Paulo, Nacional, 1945.
- RAMOS, Arthur. “O Espírito Associativo do Negro Brasileiro”, in *Revista do Arquivo Municipal*, vol. XLVII, 1938, pp. 105-26.
- _____. *The Negro in Brazil*. Washington, The Associated Publishers, Inc., 1939.
- _____. *A Aculturação Negra no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1942.
- _____. “Social Pioneering”, in L. Hill (org.). *Brazil*. California, University of California Press, 1947.
- _____. “The Negro in Brazil”, in T. L. Smith & A. Marchant (orgs.). *Brazil: Portrait of Half a Continent*. New York, The Dryden Press, 1951.
- SOARES, Eliane Veras. *Florestan Fernandes: o Militante Solitário*. Dissertação em Sociologia. Brasília, Universidade de Brasília, 1993.
- SOUTHERN, David W. *The Use and Abuse of an American Dilemma 1944-1969*. Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1987.
- SOUZA, Jessé. “Multiculturalismo, Racismo e Democracia. Por que Comparar Brasil e Estados Unidos?”, in J. Souza (org.). *Multiculturalismo e Racismo: uma Comparação Brasil — Estados Unidos*. Brasília, Paralelo 15, 1997.
- VILHENA, Luís Rodolfo. “África na Tradição das Ciências Sociais no Brasil”, in L. R. Vilhena. *Ensaio de Antropologia*. Rio de Janeiro, Ed. da UERJ, 1997.
- WAGLEY, Charles. “Prefácio”, in T. de Azevedo. *As Elites de Cor: um Estudo de Ascensão Social*. São Paulo, Nacional, 1955.
- WAGLEY, Charles & WAGLEY, Cecília Roxo. “Serendipity in Bahia, 1950-1970”, in *Universitas*, nºs 6-7, 1970, pp. 29-41.
- WILLEMS, Emílio. “Racial Attitudes in Brazil”, in *American Journal of Sociology*, vol. 54, 1949, pp. 402-8.
-